

PROPOSTA PARA A CRIAÇÃO DE UMA POLÍTICA DE PADRONIZAÇÃO DO CATÁLOGO DE AUTORIDADES DA BIBLIOTECA JOSÉ DE ALENCAR, FACULDADE DE LETRAS, UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO.

*Camila Antunes¹, Adriana Ornellas², Carina Volotão³, Nádia Bernuci dos
Santos⁴.*

¹Bibliotecária, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ

²Bibliotecária, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ

³Bibliotecária, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ

⁴Bibliotecária, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ

Resumo:

O presente trabalho propõe a elaboração de uma política para o controle das entradas de pessoas físicas do Catálogo de Autoridades da Biblioteca José de Alencar, localizada na Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), tendo como base e referência o Catálogo de Autoridades da Biblioteca Nacional para autores nacionais e a Library of Congress para autores internacionais. Através de um levantamento de todas as grafias existentes dos autores já cadastrados na Base de Autoridades do sistema Aleph, sistema de catalogação da UFRJ, e que possuam títulos na Biblioteca José de Alencar, pretende-se, baseado nas duas fontes citadas, realizar a padronização para otimizar os serviços de busca e recuperação da informação.

Palavras-Chave:

Catálogo de autoridades pessoa física; Biblioteca José de Alencar - Faculdade de Letras; Marc 21; Recuperação da informação.

Abstract:

This paper proposes the development of a policy for the control of entries of name authority of the Catalog of Authorities of the Biblioteca José de Alencar, located at the Faculdade de Letras from the Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), having as a basis and reference the catalog of authorities of the Biblioteca Nacional for national authors and the Library of Congress for international authors. Through a survey of all the spellings of existing authors already registered on the basis of authorities of the Aleph software, system of cataloguing of the UFRJ, and that they have titles in the Biblioteca José de Alencar, the intention is based on two sources cited, perform the standardization to optimize the services of search and information retrieval.

Keywords:

Catalog of authorities physical person; Biblioteca José de Alencar - Faculdade de Letras; Marc 21; Recovery of information.

1 Introdução

A Biblioteca José de Alencar da Faculdade de Letras é integrante do Sistema de Bibliotecas e Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro e seu público alvo é a comunidade acadêmica. Como a universidade conta com 41 unidades de informação, entre bibliotecas e centros de informação, e em todas existem profissionais inserindo e modificando as entradas da base, o catálogo apresenta diversas inconsistências no catálogo de autoridades, títulos e os demais campos da catalogação, resultando em um catálogo falho.

Um catálogo bem organizado, com entradas padronizadas de acordo com as entidades responsáveis garante uma recuperação da informação mais eficaz por parte do usuário e um trabalho mais aperfeiçoado para o próprio catalogador. Infelizmente o catálogo da UFRJ ainda precisa de várias modificações para se tornar mais consistente e uniforme. Visando melhorar este serviço e facilitar tanto a busca por parte do usuário como o trabalho do bibliotecário catalogador, propõem-se nesse trabalho algumas diretrizes para a criação e implementação de uma política para a padronização das entradas do Catálogo de Autoridades da Biblioteca José de Alencar, a maior da UFRJ.

Acredita-se que o ideal seria a criação de uma comissão responsável pela revisão, correção e padronização dos registros da base inteira, mas sabe-se também que tal trabalho seria de uma dimensão muito maior, envolvendo vários profissionais que provavelmente só poderiam se dedicar a tal tarefa. Apesar de serem aplicadas correções pontuais nas entradas por profissionais do Sistema de Bibliotecas e Informação, eles não dão conta de controlar as entradas de todas as bibliotecas, sendo necessário que cada uma desenvolva sua política de acordo com sua especialidade.

O presente trabalho visa elaborar diretrizes a serem seguidas pelas bibliotecárias da Biblioteca José de Alencar tanto para inclusão de novos autores quanto para a correção daqueles que já constam na base. As diretrizes aqui descritas são fruto de um estudo preliminar, podendo sofrer alterações no decorrer da implementação do projeto.

O objetivo final é através dessas correções e novas inserções padronizadas melhorar a busca do usuário e facilitar o trabalho do bibliotecário catalogador.

2 Revisão de Literatura

A catalogação é o processo através do qual se descreve qualquer objeto, documento ou recurso, estabelecendo um número variado de pontos de acesso à informação, afim de que o usuário consiga pesquisar e encontrar o registro no qual ele procura. Para Mey (2009, p.7), “a catalogação, ou representação bibliográfica consiste em um conjunto de informações que simbolizam um registro de conhecimento”. Para que esse registro seja evidentemente utilizado na biblioteca pelo usuário ele precisa passar pela fase da catalogação.

A catalogação compreende três partes: descrição bibliográfica, pontos de acesso e dados de localização.

Segundo Mey (2009, p.94):

a catalogação deve individualizar os recursos bibliográficos, de forma a que não sejam confundidos entre si; reunir recursos bibliográficos por suas semelhanças, estabelecendo relações entre si, e finalmente, permitir a localização de um recurso bibliográfico específico em acervo determinado.

Enquanto o processo de catalogação pode ser definido como a análise do documento minuciosa para assim torná-lo um registro único e possibilitar sua busca por vários pontos de acesso, pode-se definir um catálogo como a comunicação entre o acervo onde está localizado

este registro e tantos outros e o usuário, que necessita deste registro. De acordo com Campos (s.d., p. 1) “a catalogação tem a ver com a ordem, a lógica, a objectividade, a indicação precisa e a consistência, e necessita, por consequência, de mecanismos que assegurem esses atributos.” Segundo Mey (2009) “os catálogos veiculam as mensagens elaboradas pela catalogação, permitindo aos usuários encontrar os registros do conhecimento de seu interesse e permitindo aos registros do conhecimento encontrar seus usuários”. Para tanto, é preciso que o catálogo possua determinadas características para garantir o cumprimento de suas funções. As características que os catálogos devem ter são: integridade, clareza, precisão, lógica e consistência; sendo esta última a que permeia a proposta desse trabalho, pois é a consistência é solução que deve ser sempre empregada para o tratamento de informações semelhantes (MEY; SILVEIRA, 2009).

Ainda segundo Mey (1995, p. 5) “o que diferencia a catalogação de um inventário, listagem de itens, é o fato de não apenas caracterizar os itens, individualizando-os, tornando-os únicos entre os demais, como também de reuni-los por suas semelhanças” e para que isso possa ocorrer quando se trata da entrada dos nomes de autores, faz-se necessário que o catalogador utilize um catálogo de autoridades, que tem dois principais objetivos, segundo Campos (s.d.): criar e manter os registros de autoridades que validam o trabalho do catalogador e a qualidade do catálogo, e também manter o acesso a informação de uma forma consistente. A uniformidade quanto ao modo como os nomes dos autores é de extrema importância pelo fato desse elemento se tratar de um ponto de acesso na catalogação, ou seja, “é uma parte pela qual os usuários podem acessar a informação de um item no catálogo” (MEY, 1995, p. 39). Partindo dessa premissa, para que o efeito comunicativo seja efetivo e para garantir a característica de uniformidade, é necessário reduzir a ambiguidade que possa existir nas entradas de autoridade de uma coleção. Campos (s.d., p. 4) afirma que “o conteúdo do registro de autoridade pode ser de grande importância para o catalogador e para o utilizador final, na medida em que reflecte do trabalho de pesquisa em torno de um autor, título ou assunto.”

O controle dos pontos de acesso para a mesma entidade é apontado por Assumpção (2011) como uma das formas para assegurar que o usuário encontre todos os recursos associados a uma mesma entidade. Para Albás (s.d.), a qualidade dos pontos de acesso é de grande importância para a recuperação da informação e não teria sentido um catálogo só como uma coleção de descrição de documentos.

Por se tratar do catálogo de uma biblioteca da área de conhecimento da Letras, a entrada de autoria é ainda delicada, já que os autores e suas obras correspondentes correspondem aos principais objetos de pesquisa dessa área do conhecimento. Campos (s.d.) afirma que a criação de registro de autoridade é morosa e dispensiosa, pois envolve pelo menos a “escolha da forma do cabeçalho, a aposição de elementos de identificação ou distinção, o estabelecimento de entradas remissivas e elaboração de notas explicativas” (CAMPOS, s.d.).

Para atingir os objetivos de controle de autoridade, a IFLA desenvolveu esforços para guiar essa atividade para as agências de controle bibliográfico nacional. Após a Conferência da IFLA em 1997, a Seção de Catalogação, em seu Plano de Ação, apontou como objetivo o desenvolvimento de abordagens, regras, padrões, listas para informação que promovam acesso aos dados bibliográficos em todas as línguas. Um grupo de trabalho foi formado com onze membros de sete países e então publicado a primeira edição do *Guidelines for Authority and Reference Entries*, e a segunda edição foi lançada em 2001 com algumas alterações. Nesse documento, é indicado os sub-elementos que estão inclusos nos nomes pessoais para serem considerados, a saber: Nome de família (ou sobrenome), incluindo prefixos e compostos; Apelido (ou nome dado); patronímico; alcunha; nome dinástico e outros nomes. Já os qualificadores dos nomes pessoais elencados são: Título de nobreza, honra, endereço

[local] e outros qualificadores. Estes elementos podem indicar o que deve ser observado para o desenvolvimento da política de padronização de entradas de autores pessoais.

Os pontos de acesso são as partes pela qual os usuários podem acessar a representação de um recurso bibliográfico, por isso a importância do controle de autoridade nos pontos de acesso de responsabilidade. É um nome, termo, título ou expressão por onde o usuário pode encontrar ou acessar o registro bibliográfico.

Para o AACR2, pontos de acesso são os cabeçalhos que determinamos para a entrada de uma descrição bibliográfica em um catálogo.

O conteúdo do registro de autoridade pode ser de grande importância para o catalogador e para o usuário, porque transmite o trabalho de pesquisa em torno da autoridade do registro.

O que determina a escolha da autoridade dos registros são os Códigos e as Regras de catalogação que o catalogador escolhe, e o que interpreta da melhor maneira para o ambiente onde está sendo catalogado. De acordo com Campos (s.d.,p. 4), “o agente principal que determina a escolha é o código ou as regras de catalogação em vigor na zona em que a catalogação é feita”. Para evitar que repetições aconteçam é conveniente que o catalogador faça pesquisas em catálogos de autoridades existentes em sua instituição, em outras instituições, nas regras de catalogação, no próprio documento e em fontes de referência.

Para Campos (s.d.) a construção de um controle de autoridade internacional é uma oportunidade única para as bibliotecas como contribuição para uma melhor organização de registros em seu ambiente institucional. Esse controle é necessário para assegurar a informação mais precisa e confiável.

Segundo Almeida (2012):

o MARC 21 autoridades foi desenvolvido para disponibilizar formas estabelecidas de nomes e assuntos para serem usadas nos registros bibliográficos e fornecer pontos de acesso nos catálogos, através da padronização, que permite o controle de autoridade. O estabelecimento de uma única forma para um determinado nome ou assunto, é formulada baseada na AACR2 e nas listas de catálogos de autoridades.

Nas bibliotecas da UFRJ, é utilizado o software Aleph que possui como formato de catalogação o MARC21, o que permite que o controle possa ser feito em comunhão com as exigências do MARC21 Autoridades.

3 Materiais e Métodos

Considerando que na Faculdade de Letras a maioria das obras contém mais de uma expressão, alguns pontos são pertinentes para que seja identificado o nome correto independente da língua que está traduzido nesses casos. Baseando-se na experiência de Campos (s.d.) algumas questões serão úteis para a análise das inconsistências existentes no Catálogo de autoridades pessoais da Biblioteca José de Alencar e sistematizadas da seguinte forma:

* Diferenças resultantes de usos linguísticos diversos, sobretudo em autores clássicos ou personalidades com formas vernáculas consagradas pelo uso.

Ex: Platão (nome adotado em português)

Plato (nome adotado em inglês)

Platon (nome adotado em francês)

* Práticas diferentes quanto ao uso de indicativos geográficos e/ou elementos de identificação ou distinção.

Ex.: Agostinho, Santo, 354-430 (Português)
Augustinus, Aurelius (Alemanha)
Augustine, Saint, Bishop of Hippon - LC

* Esquemas diversos de transliteração e romanização

Ex.: Dostoievsk, Fédor (Francês)
Dostoiévski, Fiodor (Português)

* Formatos MARC diferentes que podem não ter os elementos suficientes para uma correta conversão

* Diferenças na grafia da mesma língua quando utilizada por países diferentes.

Ex.: Tchekhov, Anton - Brasil
Chehov., Anton - Portugal

Todas esses apontamentos permitem que a busca do usuário seja mais fidedigna ao que ele realmente procura, aumentando, assim, o coeficiente de precisão que é a relação entre tudo o que o usuário encontra em uma pesquisa e o que ele realmente deseja; e diminuindo o coeficiente de revocação que é o total de itens recuperados (LANCASTER, 2004).

Como a inserção de novos autores no sistema pode ser feita por qualquer bibliotecário da UFRJ encontramos vários autores com entradas duplicadas ou grafia incorreta. Como primeiro passo, para sanar esse problema, é proposta uma revisão de todas as entradas de autores com obras no acervo da biblioteca para que assim possam ser padronizadas.

Os procedimentos gerais nesta etapa são:

- levantar todos os autores que possuem obras no acervo da biblioteca;
- verificar os erros de digitação e entradas duplicadas;
- identificar e unificar entradas que estão expressas de formas diferentes (variantes do nome ou sinonímia);
- identificar e verificar entradas diferentes, mas que estão expressas de forma igual (homonímia e polissemia);
- consultar as bases de referência (Biblioteca Nacional e Library of Congress) para correção de datas, nomes equivalentes etc.;
- Consultar dicionários e guias especializados no caso das particularidades descritas no que diz respeito aos nomes próprios.
- realizar a correção na base;
- publicar as normas e diretrizes da política de padronização do Catálogo de Autoridade.

Como suporte e referência para esse tipo de correção nos basearemos na grafia e entrada utilizadas no Catálogo de Autoridades da Biblioteca Nacional, para autores nacionais, e no catálogo de autoridades da Library of Congress, para autores internacionais. Importante notar que no caso de autores internacionais que apresentarem as diferenças principalmente em relação aos usos linguísticos, especificidade de país ou região e títulos associados ao nome, deve-se recorrer aos dicionários especializados para garantir a correta designação de autoria considerando o contexto de nossa biblioteca.

Na análise preliminar, foram identificados os seguintes problemas no catálogo:

- Duplicidade: o mesmo autor, com entradas diferentes, seja por grafia errônea, data ou outro tipo de informação;
- Grafia: algum erro de digitação ou outro tipo, que ocasionou na inserção do nome do autor de forma errada na base;
- Entrada diferente da usada nos Catálogos de Autoridades de referência;
- Sinonímias e polissemias.
- Transliteração não mais adotada.
- Não tradução de nomes de autores internacionais.

Todos esses tipos de problemas precisam de correção, que será realizada durante o processo de implementação da política definida.

Uma questão que é relevante para o público da biblioteca são as datas de nascimento e morte dos autores, pois a data pode ser uma informação que diferencie dois autores homônimos. Define-se então, que quando estas constarem nos catálogos de referência será adotado pela biblioteca, caso contrário, não serão consideradas ou mantidas. Para a Biblioteca José de Alencar as datas de nascimento e morte são importantes por conta das Classificações de Gêneros literários e suas formas literárias e essas datas simbolizam o período de tempo que o autor escreveu suas obras.

A princípio serão essas as diretrizes para a normatização das entradas do catálogo de autoridades da biblioteca. Durante a realização do trabalho, serão incluídas, revisadas ou excluídas essas diretrizes, pois até o presente momento foi feita uma análise superficial dos principais erros e inconsistências que serão analisados melhor com a impressão de relatórios e conferência pelos bibliotecários responsáveis.

4 Resultados Parciais/Finais

Por meio da criação desta política deseja-se identificar, verificar e adequar os autores cadastrados para assim proporcionar um serviço de recuperação mais eficaz para melhor atender aos usuários da biblioteca e garantir uma listagem padronizada para agilizar o trabalho de catalogação, evitando o registro de vários autores de formas diferentes.

Pretende-se com a criação da padronização do Catálogo de Autoridades melhorar a busca e recuperação da informação para o usuário e otimizar o trabalho do profissional bibliotecário. Com a política implementada na Biblioteca José de Alencar e disseminada com sua publicação espera-se que a padronização ocorra em todas as Bibliotecas do Sistema de Bibliotecas e Informação da UFRJ, fazendo com que a padronização ocorra em nível institucional e não só setorial.

Um estudo preliminar já revelou inconsistências no catálogo de autoridades que acabam dificultando a consulta pelo usuário e o trabalho do bibliotecário. Mas como os problemas já foram identificados espera-se com a elaboração da política tornar o catálogo uniforme e consistente, para que possa melhor servir ao nosso usuário e agilizar o trabalho de catalogação na Biblioteca José de Alencar.

5 Considerações Parciais/Finais

Organizados as autoridades físicas já cadastradas, por ser um sistema de alimentação descentralizado, onde cada biblioteca pode inserir novos autores sem passar por uma revisão, a política também visa definir diretrizes para futuras inclusões, padronizando de forma efetiva a inserção de autores na base com a ajuda do formato MARC 21 para autoridades na Biblioteca José de Alencar. Sabe-se que o ideal seria que uma revisão fosse feita na base inteira, eliminando assim os erros existentes. Por enquanto isso não tem data oficial para acontecer, mas aos poucos, cada um em sua unidade, os profissionais já fazem algumas

correções necessárias. Ainda não oficialmente vamos tentando corrigir nossos erros e melhorar a busca para nosso usuário final, resultando numa busca mais eficaz e com informações relevantes.

Além disso tudo, olhar criticamente para o catálogo de autoridade e tentar aperfeiçoá-lo é estar em sintonia com o ambiente da catalogação atual, visto que o AACR2 não oferece tratamento especial às informações sobre pontos de acesso, o RDA traz capítulos específicos sobre o tratamento de pontos específicos, tendo inclusive, um capítulo explicando como fazer em casos de nomes de famílias, o que atinge diretamente a área de conhecimento da biblioteca em questão. Com mais esse fato, atualizar e corrigir o catálogo de autoridade da Biblioteca José de Alencar torna-se indispensável.

Como ressalta Campos (s.d., p.13):

Não basta, porém, mudar a atitude, é preciso rever todos os princípios em que se apoiam as regras para o estabelecimento e forma do cabeçalho de modo a podermos verificar da sua adequação aos novos contextos tecnológicos e aos novos recursos de informação.

Procura-se, através da criação da Política de Padronização do Catálogo de Autoridades da Biblioteca José de Alencar e posterior implementação, passar do ideal ao real, trabalhando juntamente para a melhora e dinamização dos serviços para os usuários e criando ferramentas para facilitar o trabalho do bibliotecário e aumentar seu rendimento.

6 Referências

ALBÁS, Lorenzo. Control de autoridades y calidad de puntos de acceso del catálogo automatizado de la Biblioteca de la Universidad de Salamanca. Disponível em: <<http://sabus.usal.es/docu/pdf/Lorenzo.PDF>>. Acesso em: 2 jul. 2012.

ALMEIDA, Maria Perpétuo Socorro Gomes de. **Marc**: registro autoridades: nomes e cabeçalhos de assunto. Aula em ppt, 2012.

ASSUMPÇÃO, Fabrício. Controle de autoridade: pontos de acesso, dados, registros, arquivos e sistemas de autoridades. In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UNESP, 23., 2011, Marília. Disponível em: <<http://fabricioassumpcao.blogspot.com.br/2011/10/controle-de-autoridade-pontos-de-acesso.html>>. Acesso em: 2 jun. 2012.

BRASIL. FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Disponível em: <www.bn.br>. Acesso em: 14 jun. 2012.

CAMPOS, Fernanda Maria. **Controle de autoridade**: novos contextos e soluções. Portugal: Ministério da Cultura, Biblioteca Nacional,

CÓDIGO de Catalogação anglo-americano. 2.ed.rev.2002. São Paulo: Febab, 2004.

IFLA. Working Group on GARE Revision – **Guidelines for Authority Records and References**. 2. ed. Munique: K. G. Saur, 2001.

LANCASTER, F. W. **Indexação e resumos**: teoria e prática. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2004.

MARANHÃO, Ana Maria Neves; MENDONÇA, Maria de Lourdes dos Santos. **MARC 21:** formato bibliográfico. Rio de Janeiro: PUC-RIO Divisão de Bibliotecas e Documentação, 2010. Disponível em: <<http://www.dbd.puc-rio.br/MARC21/index.html>>. Acesso em: 10 ago. 2012.

MEY, Eliane Serrão Alves. **Introdução a catalogação.** Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 1995.

_____; SILVEIRA, Naira Christofoletti. **Catalogação no plural.** Brasília: Briquet de Lemos, 2009. 217 p.

PITHAN, Denise Nunes; OLIVEIRA, Débora Costa; FLORES, Helen Rose de. **Padronização do catálogo de autoridades:** experiência realizada na base de dados Infohab. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/10236/000323651.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 14 jun. 2012.

QUERO saber mais sobre o software Pergamun. Paraná: PUC, 2010. Disponível em: <http://www.pergamun.pucpr.br/redepergamun/exclusividade_autoridades.php?ind=4>. Acesso em: 14 jun. 2012.

RIBEIRO, Antônia Motta de Castro Memória. **Catalogação de recursos bibliográficos: AACR2 em Marc 21.** 3.ed. reimpr. corr. Brasília: A. Motta de Castro Memória Ribeiro, 2008.

UNITED STATES OF AMERICA. Library of Congress. Disponível em: <<http://authorities.loc.gov/>>. Acesso em: 20 maio 2012.

VOTTO, Marcelo. **Catálogo de autoridades – nome pessoal.** Disponível em: <<http://processotecnicoucs.wordpress.com/2011/06/24/catalogo-de-autoridades-nome-pessoal/>>. Acesso em: 14 jun. 2012.